

Congresso

Desarticulação é que preocupa até o Planalto

JOÃO DOMINGOS
da Agência Estado

Todo general, quando se prepara para a guerra, elabora um plano de combate. Todo soldado, quando vai para a guerra, segue pronto para matar ou morrer. No Congresso Nacional, no entanto, estas velhas regras não se impõem: ali, sempre que se aproxima a hora de votar uma medida decisiva para o Executivo, os líderes do Governo, que deveriam fazer o papel de generais, mostram tamanha desarticulação que muitas vezes confundem suas tropas, e o Governo acaba derrotado, mesmo tendo mais soldados do seu lado que as hostes adversárias.

Um exemplo dessa desarticulação ocorreu quinta-feira última, na votação da medida provisória que alterava a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Apesar de ter fechado um acordo com partidos de oposição, plena a aprovação da medida, os líderes do Governo permitiram que importante instrumento de arrecadação fiscal, criado pelo presidente Fernando Collor, fosse derrotado, causando ao Tesouro um prejuízo calculado, por baixo, em Cr\$ 100 bilhões, este ano.

Enquanto olhavam desolados para o placar eletrônico no plenário, que anuciava a derrota, os líderes do Governo no senado, senador José Ignácio Ferreira (PST-ES), e da Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), procuravam uma responsável pelo insucesso. Encontraram um, o senador Iram Sairaiva (PDT-GO), que presidiu os trabalhos, a quem tentaram atribuir o vexame. "Ele nem publicou o avulso com os termos do acordo", acusou José Ignácio.

Mas, bem perto deles, o líder da maior bancada governista, Ricardo Fiúza (PFL-PE), revoltado, sle dizia convicto que o inimigo maior não estava na oposição, e sim na liderança do Governo: "Esse Humberto Souto é um idiota", resmungava. Fiúza estava irritado com a incapacidade dos líderes de garantir um acordo que não desse ao Executivo o poder de definir qual imóvel rural seria considerado produtivo ou improdutivo para fins de reforma agrária, e votou contra o Governo.

Foi Souto quem aceitou a manobra da oposição de pedir a inversão da

pauta, confiante que o PMDB (a maior bancada na Câmara, com 108 deputados) lhe daria respaldo para a aprovação da medida. A votação do texto original do Executivo foi feita antes da apreciação do projeto de conversão, o que permitiu a derrota do Governo.

Minutos antes da votação do ITR, o senador José Ignácio foi visto correndo pelos corredores do congresso: "Cadê o Ubiratan?", gritava, desorientado. Alguém lhe perguntou a qual Ubiratan ele se referia, se ao Aguiar, do Ceará, ou ao Spinelli, do Mato Grosso. Ainda correndo, Ignácio respondeu que procurava "o Aguiar". Informado de que Ubiratan Aguiar entrara na sala da liberação do PMDB, onde estavam reunidos os líderes, e de onde Ignácio sairia há menos de um minuto, ele voltou à sala, olhou, não viu quem procurava, e tornou a sair, repetindo: "Preciso falar urgentemente com o Ubiratan". Mas aguiar era o relator da medida sobre mensalidades escolares, e não sobre o ITR.

O outro líder, Humbero Souto, vem cometendo inconfidências comprometedoras. Terça-feira ele se penitenciou junto aos líderes do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS) e no PSDB, Euclides Scalco (PR), pelo dificuldade que tem de acesso ao Governo. Por isso, acabou desautorizado pelas líderes daqueles dois partidos de oposição, que decidiram negociar diretamente com a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, toda matéria importante, sem passar pela liderança governista.

Cada votação importante no Congresso, aliás, tem sido motivo de irritação para o Governo. Em novembro, Collor chegou a pensar em substituir seus líderes, depois de ser derrotado em três, de quatro matérias que considerava relevantes. Entre elas estavam a que tratava dos subsídios ao trigo e a da lei de custeios e benefícios da Previdência, que o presidente vetou, depois. Na época, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reclamou que se sentia um "general sem tropas" e que no Congresso havia "uma tropa sem general". Ele disse que os líderes seriam substituídos, mas a troca foi adiada.

Sempre que podem, os aliados do Governo costumam chamar Ignácio e Souto de fracos. Eles não se esquecem de dizer que o senador foi derrotado pelo desconhecido Albuíno Azeredo (PDT) na disputa pelo governo do Espírito Santo, e reclamam que Souto não tem autoridade para falar em melhorar o caixa do Tesouro Nacional, por ter sido quem apresentou, na Constituinte, o projeto de anistia das dívidas das pequenas e médias empresas, que as livrou de correção monetária, depois do Plano Cruzado. "Isso quase faliu o País", acusou um deputado do partido de Souto.